

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	439.155.759
Preferenciais	0
Total	439.155.759
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.673.075	2.549.860
1.01	Ativo Circulante	52.564	49.110
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.824	17.981
1.01.03	Contas a Receber	24.897	21.898
1.01.03.01	Clientes	24.897	21.898
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.848	5.804
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.848	5.804
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.887	3.301
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	108	126
1.01.08.03	Outros	108	126
1.02	Ativo Não Circulante	2.620.511	2.500.750
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	42.349	43.038
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	37.704	37.630
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira Restrita	37.704	37.630
1.02.01.03	Contas a Receber	549	1.292
1.02.01.03.01	Clientes	549	1.292
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	4.021	4.115
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	75	1
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	75	1
1.02.03	Imobilizado	3.209	3.353
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.209	3.353
1.02.04	Intangível	2.568.219	2.446.746
1.02.04.01	Intangíveis	2.568.219	2.446.746
1.02.05	Diferido	6.734	7.613

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.673.075	2.549.860
2.01	Passivo Circulante	545.621	530.471
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.047	6.891
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.047	6.891
2.01.02	Fornecedores	47.762	55.594
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	47.762	55.594
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.611	16.332
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.356	13.044
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	15.356	13.044
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.255	3.288
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	99.700	92.136
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	99.700	92.136
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	99.700	92.136
2.01.05	Outras Obrigações	341.509	331.158
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	318.392	309.792
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	611	626
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	317.781	309.166
2.01.05.02	Outros	23.117	21.366
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	18.999	17.948
2.01.05.02.05	Verba de Fiscalização	1.254	1.180
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	2.864	2.238
2.01.06	Provisões	29.992	28.360
2.01.06.02	Outras Provisões	29.992	28.360
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	28.593	26.961
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos	1.399	1.399
2.02	Passivo Não Circulante	1.073.014	1.086.042
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	746.246	765.960
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	746.246	765.960
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	746.246	765.960
2.02.02	Outras Obrigações	210.456	204.721
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	210.456	204.721
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	210.456	204.721
2.02.03	Tributos Diferidos	50.735	52.224
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50.735	52.224
2.02.04	Provisões	65.577	63.137
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.129	5.685
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.135	1.088
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.230	709
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	4.764	3.888
2.02.04.02	Outras Provisões	58.448	57.452
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	58.448	57.452
2.03	Patrimônio Líquido	1.054.440	933.347
2.03.01	Capital Social Realizado	904.285	787.785
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	911.785	861.785
2.03.01.02	(-) Capital Social a Integralizar	-7.500	-74.000
2.03.04	Reservas de Lucros	150.155	145.562

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.04.01	Reserva Legal	9.887	9.887
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	140.268	135.675

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	217.563	144.161
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-184.266	-122.822
3.03	Resultado Bruto	33.297	21.339
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.965	-2.800
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.163	-4.184
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-8.591	-3.710
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-572	-474
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	198	1.384
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.332	18.539
3.06	Resultado Financeiro	-17.477	-16.572
3.06.01	Receitas Financeiras	1.710	2.841
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.187	-19.413
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.855	1.967
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.262	-693
3.08.01	Corrente	-3.751	-2.845
3.08.02	Diferido	1.489	2.152
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.593	1.274
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.593	1.274
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01090	0,00472
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,01090	0,00472

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	4.593	1.274
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.593	1.274

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.091	15.341
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	53.576	41.544
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	4.593	1.274
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	26.791	19.665
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	1.633	0
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-1.489	-2.152
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-1.105	-1.149
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	6.747	6.395
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimos	10.930	12.081
6.01.01.11	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.192	446
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.948	40
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	1.336	4.944
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.755	-26.371
6.01.02.01	Contas a receber	-2.937	-5.492
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	0	43
6.01.02.03	Impostos a recuperar	576	-1.146
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-74	0
6.01.02.06	Fornecedores	-9.424	-2.476
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-103	-104
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	179	-439
6.01.02.09	Obrigações sociais	1.156	405
6.01.02.10	Obrigações fiscais	-651	541
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.953	-1.319
6.01.02.14	Sinistros Recebidos	0	-1.366
6.01.02.15	Outras contas a pagar	745	4.853
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-1.504	-304
6.01.02.20	Pagamento de juros	-16.765	-19.567
6.01.03	Outros	270	168
6.01.03.02	Despesas antecipadas	-492	-149
6.01.03.04	Outros créditos	19	370
6.01.03.05	Outras contas a receber	743	-53
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-123.678	-84.054
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-5	-125
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-124.084	-82.714
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-466	-1.215
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	877	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	101.430	74.118
6.03.02	Risco Sacado	5.655	0
6.03.03	Pagamentos de empréstimos - principal	-20.725	-18.882
6.03.14	Aumento de Capital	116.500	93.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-157	5.405
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.981	12.944
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.824	18.349

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	787.785	0	145.562	0	0	933.347
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	787.785	0	145.562	0	0	933.347
5.04	Transações de Capital com os Sócios	116.500	0	0	0	0	116.500
5.04.01	Aumentos de Capital	124.000	0	0	0	0	124.000
5.04.08	(-) Capital a Integralizar	-7.500	0	0	0	0	-7.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.593	0	4.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.593	0	4.593
5.07	Saldos Finais	904.285	0	145.562	4.593	0	1.054.440

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	413.785	0	148.850	0	0	562.635
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	413.785	0	148.850	0	0	562.635
5.04	Transações de Capital com os Sócios	93.000	0	0	0	0	93.000
5.04.01	Aumentos de Capital	93.000	0	0	0	0	93.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.275	0	1.275
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.275	0	1.275
5.07	Saldos Finais	506.785	0	148.850	1.275	0	656.910

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	226.494	152.757
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	95.106	78.197
7.01.02	Outras Receitas	131.388	74.560
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	129.291	72.271
7.01.02.02	Outras	2.097	2.289
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-157.660	-98.900
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-13.778	-13.276
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.722	-2.674
7.02.04	Outros	-140.160	-82.950
7.02.04.02	Custo dos Serviços de Construção	-129.291	-72.271
7.02.04.04	Custo da concessão	-5.484	-5.488
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-1.336	-4.944
7.02.04.06	Outros	-4.049	-247
7.03	Valor Adicionado Bruto	68.834	53.857
7.04	Retenções	-26.791	-19.665
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.791	-19.665
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	42.043	34.192
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.289	21.924
7.06.02	Receitas Financeiras	1.710	2.841
7.06.03	Outros	19.579	19.083
7.06.03.02	Juros Capitalizados	19.579	19.083
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	63.332	56.116
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	63.332	56.116
7.08.01	Pessoal	8.741	6.783
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.481	4.915
7.08.01.02	Benefícios	1.766	1.475
7.08.01.03	F.G.T.S.	494	393
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.037	7.708
7.08.02.01	Federais	6.191	3.761
7.08.02.02	Estaduais	0	5
7.08.02.03	Municipais	4.846	3.942
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.383	24.037
7.08.03.01	Juros	10.930	12.081
7.08.03.02	Aluguéis	466	146
7.08.03.03	Outras	9.987	11.810
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	8.748	9.163
7.08.03.03.03	Outras	1.239	2.647
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.593	1.274
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.593	1.274
7.08.05	Outros	17.578	16.314
7.08.05.01	Juros - Mutuos	6.747	6.394
7.08.05.02	Juros Capitalizados - Mutuos	10.831	9.920

Comentário do Desempenho



Registro, 12 de maio de 2017 – A Autopista Régis Bittencourt S.A. empresa do grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2017 (1T17). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 1T17 o tráfego pedagiado foi de 31.694 mil veículos equivalentes. Em relação ao 1T16, houve um ligeiro aumento no fluxo de veículos de 1,4%, sendo que no comparativo do 1T17 em relação ao 4T16, houve uma redução do tráfego pedagiado de 3,7%. Historicamente, os fatores que influenciam no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Receita Operacional Bruta

- A Autopista Régis Bittencourt S.A. obteve uma receita bruta de R\$ 226,3 milhões no 1T17. Em relação ao 1T16, houve um aumento de 49,5% receita bruta, devido: (i) aumento nas receitas de pedágio, oriundas do reajuste de tarifa ocorrido ao final de dezembro de 2016; (ii) acréscimo de 78,9% das receitas de obras, que acompanham o volume de obras, a qual foi registrada em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas, no momento em que a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado, ou seja, essa receita tem como contrapartida o custo dos serviços de construção de mesmo valor, não impactando o EBITDA da Companhia; e (iii) aumento de 109,8% em outras receitas, resultado de recebimento de contrato de fibra óptica que no exercício passado ocorreu apenas no 2T16. Em relação ao 4T16, houve um aumento da receita bruta em 0,6% decorrente principalmente pelo acréscimo das receitas de pedágio em 15% devido ao reajuste de tarifa e das outras receitas em R\$900 mil.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas no 1T17 aumentaram 57,1% em relação ao 1T16, principalmente em função: (i) do aumento em R\$ 4,8 milhões nas despesas administrativas, impulsionadas pela constituição de provisões de contingências regulatórias junto a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, devido à reavaliação de prognóstico das ações em andamento; (ii)

Comentário do Desempenho



aumento em 78,9% nos custos dos serviços de construção, devido ao aumento do volume de obras. O custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas tem como contrapartida uma receita de obras de mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia. Em relação ao 4T16, os custos e despesas reduziram 5,9% principalmente em função do decréscimo nos custos dos serviços de construção.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- Para entendimento do EBITDA e EBITDA Ajustado, destacamos que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado foi calculado a partir da reversão do efeito desta provisão e se equivale ao EBITDA publicado anteriormente à adoção do ICPC 01.
- Na comparação entre o 1T17 e 1T16, o EBITDA aumentou 33,8% principalmente em função do aumento nas receitas de pedágio em R\$16,9 milhões, e o EBITDA Ajustado aumentou 21,6% em relação ao 1T16. Em relação ao 4T16, o EBITDA e EBITDA Ajustado aumentaram 26,6% e 25,1% também devido ao aumento nas receitas de pedágio.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro do 1T17 apresentou um aumento de 5,5% em relação ao 1T16, principalmente devido à queda nas receitas financeiras, decorrente da atualização monetária de parcelas retroativas de receita acessória de cabos ópticos e impostos a recuperar apropriados no 1T16. Em relação ao 4T16 houve uma redução de 3,8%, reflexo do decréscimo nas despesas financeiras motivadas pela amortização do empréstimo junto ao BNDES. Vale ressaltar que a partir do 4T16, a Companhia passou a publicar as receitas e despesas financeiras decorrentes de ajuste a valor presente – AVP líquidas, sendo que ao mesmo tempo que não é mais adicionado este valor na rubrica receitas financeiras, o mesmo valor é deduzido nas despesas financeiras. O reflexo dessa mudança pode ser visto na representação do resultado financeiro do 4T16 devido a reclassificação de R\$ 2,1 milhões de AVP receita financeira dos três primeiros trimestres de 2016 para despesa financeira.

Lucro / Prejuízo Líquido

- A Companhia obteve um lucro de R\$ 4,6 milhões no 1T17, sendo 260,5% e 646,1% acima em comparação ao 1T16 e 4T16 respectivamente. Essa melhora no resultado em relação ao 1T16 e 4T16 é justificado principalmente pelo aumento das receitas de pedágio e outras receitas, conforme justificativas apresentadas anteriormente.

Endividamento

- A Autopista Régis Bittencourt S.A. encerrou o primeiro trimestre com um endividamento de R\$ 845,9 milhões contra R\$ 858,1 milhões no trimestre anterior. A redução refere-se aos pagamentos dos recursos junto ao BNDES.

Comentário do Desempenho



- O endividamento bruto e líquido do 1T17 foi, respectivamente, de R\$ 845,9 e R\$ 790,4 milhões e no 4T16 foi de R\$ 858,1 e R\$ 802,5 milhões.

Investimentos

- No primeiro trimestre de 2017 foram investidos R\$ 124,1 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão, distribuídos principalmente em:
 - a) execução de obras de melhoramentos, sendo as principais:
 - duplicação da Serra do Cafezal;
 - ruas laterais;
 - trevos em desnível;
 - dispositivos de interseção.
 - b) execução de obras de manutenção de rodovia, utilizados principalmente na realização de obras de pavimentação, elementos de proteção e segurança, sistemas de drenagem e obras de arte correntes, terraplenos e estruturas de contenção, canteiro central e faixa de domínio.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
Autopista Régis Bittencourt S.A.	31.694	32.910	31.259	-3,7%	1,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	226.296	224.885	151.373	0,6%	49,5%
Receitas de pedágio	95.106	82.694	78.197	15,0%	21,6%
Receitas de obras	129.291	141.218	72.271	-8,4%	78,9%
Outras Receitas	1.899	973	905	95,2%	109,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.733)	(7.583)	(7.212)	15,2%	21,1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	217.563	217.302	144.161	0,1%	50,9%
CUSTOS E DESPESAS	(166.440)	(176.927)	(105.957)	-5,9%	57,1%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(26.960)	(26.468)	(26.071)	1,9%	3,4%
Custo dos serv. de construção	(129.291)	(141.218)	(72.271)	-8,4%	78,9%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(8.479)	(7.305)	(3.581)	16,1%	136,8%
Remuneração da administração	(572)	(522)	(474)	9,6%	20,7%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(1.336)	(1.573)	(4.944)	-15,1%	-73,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	198	159	1.384	24,5%	-85,7%
EBITDA	51.123	40.375	38.204	26,6%	33,8%
Margem EBITDA	22,6%	18,0%	25,2%	25,8%	-10,5%
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(26.791)	(23.695)	(19.665)	13,1%	36,2%
Depreciação de imobilizado	(149)	(150)	(137)	-0,7%	8,8%
Amortização do intangível	(25.763)	(22.667)	(18.650)	13,7%	38,1%
Amortização do diferido	(879)	(878)	(878)	0,1%	0,1%
RESULTADO FINANCEIRO	(17.477)	(18.169)	(16.572)	-3,8%	5,5%
Receitas financeiras	1.710	(525)	2.841	-425,7%	-39,8%
Despesas financeiras	(19.187)	(17.644)	(19.413)	8,7%	-1,2%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	6.855	(1.489)	1.967	-560,4%	248,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.262)	648	(693)	-449,1%	226,4%
Corrente	(3.751)	(1.484)	(2.845)	152,8%	31,8%
Diferido	1.489	2.132	2.152	-30,2%	-30,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	4.593	(841)	1.274	-646,1%	260,5%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
EBITDA ¹	51.123	40.375	38.204	26,6%	33,8%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	1.336	1.573	4.944	-15,1%	-73,0%
EBITDA Ajustado ²	52.459	41.948	43.148	25,1%	21,6%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

(LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como

alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Régis Bittencourt é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas Autopista Régis Bittencourt S.A.

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre Findo
em 31 de Março de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

\

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTE AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139 nº 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de março de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$493.057 (R\$481.361 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre findo em 31 de março de 2017 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 12 de maio de 2017.

Notas Explicativas Bittencourt S.A.

2. CONCESSÕES

No trimestre findo em 31 de março de 2017 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436. A partir de 31 de março de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$133.570 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 31 de março de 2017, o montante de R\$784.482 (R\$904.557 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$524.897 (R\$518.741 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro 2016 estas obras estão estimadas em R\$190.588.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura deste TAC, a Sociedade, realizará o equivalente a R\$29 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras já estão em andamento e as demais estão no processo de projeto, orçamento e análise da ANTT

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em 15 de março de 2017 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	2.771	2.620
Aplicações financeiras (*)	<u>15.053</u>	<u>15.361</u>
Total	<u><u>17.824</u></u>	<u><u>17.981</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 100,52% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (a)	17.291	-	14.959	-
Cupons de pedágio a receber	1.415	-	1.125	-
Cartões de pedágio a receber	443	-	387	-
Receitas acessórias a receber (b)	<u>5.748</u>	<u>549</u>	<u>5.427</u>	<u>1.292</u>
Total	<u><u>24.897</u></u>	<u><u>549</u></u>	<u><u>21.898</u></u>	<u><u>1.292</u></u>

(a) Conforme nota explicativa nº 24 c.

(b) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que pode ocorrer em um período maior conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

Notas Explicativas Bittencourt S.A.**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é como segue:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.855	1.967
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(2.331)	(669)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças temporárias	<u>69</u>	<u>(24)</u>
Total	<u><u>(2.262)</u></u>	<u><u>(693)</u></u>
 Despesas contabilizadas	 (2.262)	 (693)
 Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(3.751)	(2.845)
Diferido	<u>1.489</u>	<u>2.152</u>
	<u><u>(2.262)</u></u>	<u><u>(693)</u></u>

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	32.219	37.040
Provisão de participação nos lucros	3.464	2.681
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	7.129	5.685
Outras Provisões	72	26
Provisão para manutenção de rodovias	87.041	84.413
Amortização acumulada de obras futuras	107	86
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(623)	(584)
Ajuste dos encargos financeiros (receitas acessórias)	168	230
Estorno de capitalização de juros	34	34
Base de cálculo ativa	<u>129.611</u>	<u>129.611</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>44.068</u>	<u>44.068</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	<u>39.414</u>	<u>35.034</u>
Base de cálculo passiva	<u>(278.831)</u>	<u>(283.211)</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(94.803)</u>	<u>(96.292)</u>
Base de cálculo	<u>(149.220)</u>	<u>(153.600)</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(50.735)</u>	<u>(52.224)</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

Notas Explicativas Bittencourt S.A.

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	4.545
2018	8.011
2019	6.833
2020	6.833
Após 2021	17.846
	<u>44.068</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2017 o saldo é de R\$37.704 (R\$37.630 em 31 de dezembro de 2016), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,09% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

16

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2016	964	957	552	1.175	2.495	6.143
Adições	-	-	-	-	5	5
Saldo em 31.03.2017	<u>964</u>	<u>957</u>	<u>552</u>	<u>1.175</u>	<u>2.500</u>	<u>6.148</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2016	(589)	(763)	(140)	(244)	(1.054)	(2.790)
Depreciações	(24)	(19)	(15)	(28)	(63)	(149)
Saldo em 31.03.2017	<u>(613)</u>	<u>(782)</u>	<u>(155)</u>	<u>(272)</u>	<u>(1.117)</u>	<u>(2.939)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2016	375	194	412	931	1.441	3.353
Saldo em 31.03.2017	351	175	397	903	1.383	3.209
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%	

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2015	953	957	217	1.175	2.154	5.456
Adições	-	-	-	-	125	125
Saldo em 31.03.2016	<u>953</u>	<u>957</u>	<u>217</u>	<u>1.175</u>	<u>2.279</u>	<u>5.581</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2015	(494)	(669)	(199)	(132)	(807)	(2.301)
Depreciações	(24)	(23)	(2)	(28)	(60)	(137)
Saldo em 31.03.2016	<u>(518)</u>	<u>(692)</u>	<u>(201)</u>	<u>(160)</u>	<u>(867)</u>	<u>(2.438)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2015	459	288	18	1.043	1.347	3.155
Saldo em 31.03.2016	435	265	16	1.015	1.412	3.143
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%	-

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

18

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.872.804	1.993	847.171	2.802	2.724.770
Adições	49.425	-	99.444	-	148.869
Transferências/Reclassificações	146.431	-	(146.431)	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	(1.633)	(1.633)
Saldo em 31.03.2017	2.068.660	1.993	800.184	1.169	2.872.006
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(276.756)	(1.268)	-	-	(278.024)
Amortizações	(25.709)	(54)	-	-	(25.763)
Saldo em 31.03.2017	(302.465)	(1.322)	-	-	(303.787)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.596.048	725	847.171	2.802	2.446.746
Saldo em 31.03.2017	1.766.195	671	800.184	1.169	2.568.219
Taxas de amortização - a.a.	5%	20%			

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento a fornecedor	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.452.514	1.675	775.808	-	2.229.997
Adições	26.033	10	65.438	5.700	97.181
Saldo em 31.03.2016	1.478.547	1.685	841.246	5.700	2.327.178
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(196.705)	(1.016)	-	-	(197.721)
Amortizações	(18.589)	(61)	-	-	(18.650)
Saldo em 31.03.2016	(215.294)	(1.077)	-	-	(216.371)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.255.809	659	775.808	-	2.032.276
Saldo em 31.03.2016	1.263.253	608	841.246	5.700	2.110.807
Taxas de amortização - a.a.	3,6%	20%	-	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da Serra do Cafezal.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016.

No período findo em 31 de março de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$19.579(R\$19.083 em 31 de março de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2017 foi de 6,52% a.a. e 6,20% a.a. em 2016.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	5.568	5.568
Consumo	5.129	5.129
Custos contratuais da concessão	9.101	9.101
Depreciações e amortizações	115	115
Conservação da rodovia	13.309	13.309
Serviços de terceiros	1.742	1.742
Tributários	2.378	2.378
Resultados financeiros	(1.880)	(1.880)
Outros gastos	(124)	(124)
	<u>35.338</u>	<u>35.338</u>
Amortização acumulada	<u>(28.604)</u>	<u>(27.725)</u>
	<u>6.734</u>	<u>7.613</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	90.016	747.457	88.069	767.216
Risco sacado (b)	9.867	-	4.250	-
	<u>99.883</u>	<u>747.457</u>	<u>92.319</u>	<u>767.216</u>
Custo de transação	(183)	(1.211)	(183)	(1.256)
	<u>99.700</u>	<u>746.246</u>	<u>92.136</u>	<u>765.960</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2017	31.12.2016
(a)	Real	BNDES	IJLP + 2,21% a.a	dez/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	837.473	855.285
(b)	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	mai/17	Aval acionista	9.867	4.250
						<u>847.340</u>	<u>859.535</u>

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2017, o saldo de R\$9.867 (R\$4.250 em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de março de 2017, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	76.884
2019	99.188
2020	107.332
2021	116.144
A partir de 2022	347.909
	<u>747.457</u>

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de março de 2017 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é

Notas Explicativas

próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2017, o saldo de R\$47.762 (R\$55.594 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$18.999 (R\$17.948 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com itens do imobilizado e de execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e as transações realizadas em 31 de março de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (c)	316.758	307.552
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	1.023	1.614
<u>Coligadas</u>		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	611	626
Total	<u>318.392</u>	<u>309.792</u>
 <u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	210.456	204.721
Total	<u>210.456</u>	<u>204.721</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	31.03.2017			31.03.2016		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(17.578)	(3.728)	-	(6.395)	(11.770)
Coligadas						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(15)	-	-	(10)	-	-
Total	(15)	(17.578)	(3.728)	(10)	(6.395)	(11.770)

- a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- c) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissão de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, celebrados com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros da 2ª emissão em 27 de abril de 2017, da 3ª emissão em 25 de setembro de 2017, da 4ª emissão em 19 de agosto de 2017, da 5ª emissão em 18 de setembro de 2017 e da 6ª emissão em 19 de outubro de 2017. Conforme nota explicativa nº 27 foi aprovada a prorrogação do prazo de vencimento da segunda emissão de debêntures para 27 de abril de 2019.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
27.04.2015	27.04.2017	CDI + 1,037% a.a.	50.000	13.632	50.000	11.777
27.05.2015	27.04.2017	CDI + 1,037% a.a.	30.002	7.796	30.002	6.695
25.06.2015	25.06.2017	CDI + 1,037% a.a.	37.000	9.156	37.000	7.814
03.07.2015	25.06.2017	CDI + 1,60% a.a.	43.000	10.482	43.000	8.927
07.07.2015	27.04.2017	CDI + 1,60% a.a.	20.000	4.852	20.000	4.129
19.08.2015	19.08.2017	CDI + 1,40% a.a.	20.000	4.464	20.000	3.755
18.09.2015	18.09.2017	CDI + 1,40% a.a.	40.000	8.406	40.000	7.005
19.10.2015	19.10.2017	CDI + 1,40% a.a.	15.000	2.968	15.000	2.448
			<u>255.002</u>	<u>61.756</u>	<u>255.002</u>	<u>52.550</u>

- d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os com taxa de juros equivalentes a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,4% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
29.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	4.000	5.094	4.000	4.847
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	7.000	8.879	7.000	8.447
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	17.000	21.294	17.000	20.252
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	7.000	8.717	7.000	8.289
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	22.000	27.039	22.000	25.705
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	7.000	8.560	7.000	8.137
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	24.000	29.105	24.000	27.661
07.07.2014	01.12.2019	CDI + 1,4% a.a.	10.000	3.768	10.000	3.383
			<u>98.000</u>	<u>112.456</u>	<u>98.000</u>	<u>106.721</u>

Notas Explicativas

No decorrer do período findo em 31 de março de 2017, a Sociedade reconheceu o montante de R\$229 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$343 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$572 (R\$474 em 31 de março de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$3.464 e R\$2.681.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais

Notas Explicativas

e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.03.2017</u>
Cíveis	709	2.484	(775)	(1.188)	1.230
Trabalhistas	1.088	501	(138)	(316)	1.135
Regulatórias (*)	3.888	876	-	-	4.764
Total	5.685	3.861	(913)	(1.504)	7.129

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.03.2016</u>
Cíveis	433	530	(239)	(197)	527
Trabalhistas	882	116	(367)	(107)	524
Total	1.315	646	(606)	(304)	1.051

(*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 31 de março de 2017, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$4.764 (R\$3.888 em 31 de dezembro de 2016). Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$11.276 (R\$7.738 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$2.118 em 31 de março de 2017 (R\$2.106 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$75 em 31 de março de 2017 (R\$1 em 31 de dezembro de 2016) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	1.399	26.961	57.452
Adições/Reversões	-	-	1.336
Utilizações	-	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	1.292
Transferências	-	1.632	(1.632)
Saldo em 31.03.2017	<u>1.399</u>	<u>28.593</u>	<u>58.448</u>

	Circulante	Circulante	Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	9.529	-	63.280
Adições/Reversões	-	-	4.944
Utilizações	-	-	-
Ajuste a valor presente	(229)	-	968
Transferências	-	1.597	(1.597)
Saldo em 31.03.2016	<u>9.300</u>	<u>1.597</u>	<u>67.595</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito em 31 de março de 2017 é de R\$911.785 (R\$861.785 em 31 de dezembro de 2016), compostos por 439.155.759 ações ordinárias e sem valor nominal (417.769.959 em 31 de dezembro de 2016), integralizadas pelo valor de R\$904.285 (R\$787.785 em 31 de dezembro de 2016) que representam 435.947.889 ações (383.936.626 em 31 de dezembro de 2016)

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.07.2016 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	74.000
20.02.2017 (**)	AGE	Dinheiro	21.385.800	50.000	42.500
			<u>21.385.800</u>	<u>50.000</u>	<u>116.500</u>

(*) No decorrer do período findo em 31 de março de 2017 ocorreram integralizações de capital referente a Ata constituída em 20.07.2016 no montante de R\$74.000.

(**) Em 20 de fevereiro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$50.000, mediante a emissão de 21.385.800 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$42.500 em dinheiro até 31 de março de 2017, e o valor restante de R\$7.500 será integralizado em até dois meses a partir da data da aprovação.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas

a) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receita de serviços prestados	95.106	78.197
Receita de serviços de construção	129.291	72.271
Outras receitas	1.899	905
	<u>226.296</u>	<u>151.373</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receita bruta	226.296	151.373
ISSQN	(4.824)	(3.942)
PIS	(651)	(546)
COFINS	(3.006)	(2.521)
Outras deduções	(252)	(203)
Receita líquida	<u>217.563</u>	<u>144.161</u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Despesas:		
Com pessoal	(3.054)	(1.723)
Serviços de terceiros	(782)	(586)
Manutenção de bens e conservação	(327)	(326)
Depreciação / Amortização	(112)	(129)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(2.948)	(40)
Comunicação e marketing	(163)	-
Seguros/Garantias	3	(3)
Consumo	(372)	(347)
Transportes	(230)	(109)
Outros	(606)	(447)
Total	<u>(8.591)</u>	<u>(3.710)</u>

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(129.291)	(72.271)
Com pessoal	(5.116)	(4.586)
Serviços de terceiros	(9.203)	(9.052)
Conservação	(4.600)	(4.332)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(634)	(658)
Consumo	(729)	(870)
Transportes	(1.058)	(1.043)
Verba de fiscalização	(3.762)	(3.517)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(352)	(509)
Seguros / Garantias	(1.061)	(1.044)
Provisão de manutenção em rodovias	(1.336)	(4.944)
Depreciação / Amortização	(26.679)	(19.536)
Outros	(445)	(460)
Total	<u>(184.266)</u>	<u>(122.822)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.498	1.514
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	293
Juros ativos	-	661
Outras receitas	212	373
Total	<u>1.710</u>	<u>2.841</u>

Notas Explicativas

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(17.677)	(18.476)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.192)	(739)
Outras despesas	<u>(318)</u>	<u>(198)</u>
Total	<u>(19.187)</u>	<u>(19.413)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	73.569	29.621
Juros capitalizados	19.579	19.083
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(68.363)	(34.238)

22. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do período	4.593	1.274
Número de ações durante período	<u>420.814</u>	<u>270.196</u>
Lucro por ação	<u>0,0109</u>	<u>0,0047</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

Notas Explicativas

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.03.2017			31.12.2016		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível2	-	17.824	-	-	17.981	-
Partes relacionadas	Nível2	-	-	-	-	-	-
Contas a receber clientes	Nível2	25.446	-	-	23.190	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível2	-	37.704	-	-	37.630	-
Outras contas a receber	Nível2	107	-	-	126	-	-
Fornecedores e cauções	Nível2	-	-	66.761	-	-	56.774
Fornecedores - Risco sacado	Nível2	-	-	9.867	-	-	4.250
Empréstimos e financiamentos	Nível2	-	-	836.079	-	-	853.846
Partes relacionadas	Nível2	-	-	528.848	-	-	514.513
Taxa de fiscalização	Nível2	-	-	1.254	-	-	1.180
Outras contas a pagar	Nível2	-	-	2.864	-	-	2.238
		<u>25.553</u>	<u>55.528</u>	<u>1.445.673</u>	<u>23.316</u>	<u>55.611</u>	<u>1.432.801</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber partes de relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

Notas Explicativas

24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Juros a incorrer - Empréstimos (*)	(24.323)	(30.353)	(36.364)
Receita de aplicações financeiras	4.393	5.491	6.589
Juros a incorrer líquido(*)	(19.930)	(24.862)	(29.775)
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(58.526)	(73.157)	(87.788)
Juros a incorrer líquido(*)	(58.526)	(73.157)	(87.788)
IPCA	4,30%	5,38%	6,45%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	-	-	-
Juros a incorrer líquido(*)	-	-	-
Juros a incorrer (*)	(78.456)	(98.019)	(117.563)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$17.291 (R\$14.959 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar, Autoexpresso e Movemais, decorrentes de receitas de pedágios

Notas Explicativas

arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2017 (após março)	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
BNDES Automático	9,71%	113.276	152.926	155.121	157.352	1.072.249	1.650.924
		113.276	152.926	155.121	157.352	1.072.249	1.650.924

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	01/04 a 30/06/2017	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	Total
BNDES Automático	9,71%	37.623	37.757	37.896	38.028	151.304
		37.623	37.757	37.896	38.028	151.304

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de

Notas Explicativas

conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	164.617

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$5.123.

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 18 de abril de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$76.000, mediante a emissão de 31.653.478 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$38.500 em dinheiro, em 20 de abril de 2017 e o valor restante de R\$37.500 será integralizado em até seis meses.

Em 18 de abril de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a prorrogação do prazo de vencimento da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da Companhia, de 27 de abril de 2017, conforme previsto na Cláusula 4.7.1 do Instrumento Particular de Escritura de Emissão das Debêntures Segunda Emissão, para 27 de abril de 2019.

Abaixo relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

Data	Aprovação	Valor integralizado
05.04.2017	AGE	4.000
20.04.2017	AGE	42.000
		<u>46.000</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Régis Bittencourt S.A.

Registro - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR.

Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de maio de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2017.

Registro, 12 de Maio de 2017.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Nelson Segnini Bossolan

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Registro, 12 de Maio de 2017.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Nelson Segnini Bossolan

Diretor Superintendente